

Título: A BIOGRAFIA INTELECTUAL DE CUNHA MATTOS E O CONTEXTO DA CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Neuma Brilhante Rodrigues¹

A biografia, relegada a um lugar menor na cultura histórica ocidental desde o início do século XX, ressurgiu como uma possibilidade legítima de compreensão do passado. Todavia, é preciso destacar que a concepção e os objetivos da biografia não se limitam à narração de episódios da vida dos biografados, mas sim o mover constante entre o individual e o social, entre o biografado e seu contexto: "(...) um número significativo de historiadores procura pensar a articulação entre as trajetórias individuais examinadas e os contextos nos quais estas se realizaram como uma via de mão dupla, sem cair nem no individualismo exacerbado (como nas biografias tradicionais, do tipo 'a vida dos grandes vultos'), nem na determinação estrutural estrita (como nas análises marxistas ortodoxas)."²

Tendo em mente esta busca entre os interesses e motivações sociais e individuais, entre os contextos que marcaram a vida dos homens da passagem do século XVIII para o XIX no mundo português, proponho o estudo da vida e obra do marechal Cunha Mattos.

Raymundo José da Cunha Mattos (1776-1839), natural de Portugal, entrou na vida militar aos 14 anos de idade, assentando praça na cidade de Faro, em Algarves. Por volta dos 17 anos, partiu para o Roussillon, participando das batalhas contra as tropas espanholas. Logo ao retornar a Portugal, partiria para uma longa estada, aproximadamente 18 anos, nas costas africanas, estabelecendo-se na ilha de São Tomé, onde chegou como furriel de artilharia e saiu como comandante interino da ilha, tendo ocupado os cargos de sargento-mor, procurador dos Feitos e provedor da Fazenda e Alfândega.

Ainda em sua cidade, cursou Matemática pura aplicada à artilharia na Escola Regimental em Algarves. Segundo Bellegarde, já em Roussillon, Cunha Mattos dava início à prática de escrever sobre suas campanhas, anotando os fatos considerados relevantes, elaborando memórias históricas e analíticas.

Ao analisarmos a trajetória de Cunha Mattos, percebemos seu estreito vínculo com a idéia de Império – primeiro o luso-brasileiro, depois o brasileiro –, concepção essa que marcaria sua atuação no Brasil, desde sua chegada logo após a elevação da antiga colônia à categoria de Reino, até sua morte em 1839, quando encabeçava, junto com Januário da Cunha Barboza, o projeto de formação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tendo vivido a maior parte de sua vida nas possessões do Império português, longe de Lisboa, é compreensível que sua concepção de lealdade não se encontrasse ligada ao local de origem.

Cunha Mattos fazia parte do grupo que tinha como projeto a construção de um poderoso Império a partir das concepções do reformismo ilustrado português. Ele percebia este projeto como viável diante da imensidão territorial e riquezas da América portuguesa, incomparáveis naquele momento histórico, onde os Estados Unidos era pouco mais do que as 13 colônias da costa Leste.

Desde a restauração em 1640, Portugal pretendeu reconstruir seu Império, projeto esse que seria articulado por Pombal, sendo reorientado por um dos seus principais pupilos: D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Quando foi nomeado Ministro e Secretário Geral de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, d.Rodrigo deu início a um projeto de construção de um Império luso-brasileiro, cujo sucesso significaria, para seu mentor, a garantia da manutenção das posses portuguesas diante da ameaça – cada vez mais freqüente, principalmente após a independência das colônias inglesas – da emancipação daquele que era o centro econômico do império. Segundo Lúcia Neves, “para levar a cabo o seu plano, d. Rodrigo preocupou-se em reunir à sua volta, um círculo de intelectuais brasileiros, cuja presença nas funções públicas do Estado português, nos últimos anos do século XVIII, tornara-se cada vez mais evidente, associando-os tanto através de comissões de que eram encarregados quanto através de memórias que lhe dirigiam.”³ Criava-se ao redor dele aquele círculo de homens esclarecidos que haviam tido sua formação na Universidade de Coimbra e para quem a noção de pertencimento à nação portuguesa

estava pautada na autoridade do soberano. Teria sido ao redor deste grupo que a cultura política brasileira no momento da independência haveria de ser moldada.

O ano de 1822 seria marcado pelos debates que visavam definir os papéis do Brasil e Portugal na arquitetura deste novo Império. Tendo como palco as Cortes de Lisboa, os palácios no Rio de Janeiro e as diversas províncias do Reino do Brasil, portugueses dos dois lados do Atlântico disputaram de modo acirrado pela definição da sede e das condições em que se dariam as relações entre os dois principais reinos que formavam a nação portuguesa, bem como o modelo de soberania que deveria ser adotado no Império.

Roderick Barman traçou, de modo bastante rico, várias cenas deste teatro de disputas políticas, desenhando as teias de poder que marcariam os últimos meses do Império luso-brasileiro. Segundo este autor, a maior parte do Brasil, com exceção do centro-sul, apoiava as Cortes como instância legítima de poder. Este quadro só seria alterado com o passar dos trabalhos daquela Assembléia e com a quebra da proposta de relações entre partes iguais, que caracterizava a proposta de d. Rodrigo. Este impasse fez com que os representantes do Reino do Brasil percebessem a impossibilidade de um novo acordo e optassem por uma emancipação política.

Neste contexto, com as Cortes em Lisboa e a posterior participação dos deputados brasileiros, os termos da continuidade da unidade do Império Português entraram na pauta das discussões, alcançando as praças públicas, cujo debate era alimentado pela ebulição de periódicos em várias partes do Reino do Brasil e em Portugal.

Em abril de 1822, Cunha Mattos publicaria um panfleto intitulado “Ensaio histórico político sobre a origem, progressos e merecimento da antipatia e recíproca aversão de alguns portugueses europeus e brasileiros...”⁴. Nesse texto, no seu pretendido levantamento das razões que poderiam explicar o estado de animosidade entre membros de uma mesma nação portuguesa, o autor põe em pauta pontos interessantes do pensamento político de então.

O argumento principal presente nesse documento é de que os portugueses fossem eles brasileiros ou europeus, como membros de uma só nação, deveriam preservar a

unidade do Império, caminho único para a garantia de uma posição digna diante do concerto das nações de então. Os argumentos de Cunha Mattos pautavam-se nas suas concepções de pátria, de nação e na expectativa na realização da utopia do poderoso império: “os dois Reinos, governados pelo mesmo excelso Monarca, ligados os povos pelos vínculos de sangue, de religião, com os mesmos costumes, prejuízos e inclinações devem dentro de poucos anos chegar ao mais alto termo de glória (...).”⁵

Em outro panfleto, publicado em junho daquele ano, Cunha Mattos⁶ insistiria em seus argumentos, deixando mais claro, todavia, a ‘culpabilidade’ dos portugueses europeus nos conflitos e na situação de impasse que se projetava nas Cortes. Segundo ele, o tal impasse encontrava-se na questão da definição do lugar da Corte e dos temores em torno da situação colonial na qual poderia encontrar-se as outras partes do Império. Este seria o real debate por trás da questão da permanência ou não de d. Pedro, herdeiro da Coroa, no Brasil. A dita permanência de d. Pedro I no Brasil, amplamente defendida por Cunha Mattos, significava a possibilidade, mesmo que remota, da retomada do projeto de construção do Império luso-brasileiro, que teria, nestas condições, o Rio de Janeiro como sede.

Cunha Mattos apresentava-se como leal à casa de Bragança. Entretanto, sua lealdade em 1822 era apresentada para com a pátria, “(...) entidade sagrada e por cuja conservação tudo devemos arriscar.”⁷ Devo salientar que a concepção de pátria usada por esse personagem difere do uso comum de sua época, quando aquele conceito era associado à idéia de pátria local, do lugar de nascimento. Em sua concepção, pátria significaria a “coisa pública”, sendo associada ao Rei, ao Estado e ao bem estar daqueles que estariam sob seu governo.

Mattos reedita uma “Carta histórico-político-militar dirigida a certo Redator refutando completamente a doutrina nº 49 do Semanário Cívico da Bahia”, inicialmente publicada em março daquele ano, e pela qual sofreu várias críticas de “portugueses europeus”. Um trecho particularmente interessante deste documento diz respeito à defesa que o autor faz da existência de “cortes legislativas” no Brasil e em Portugal, bem como a indicação de um

regente, representante do poder executivo e cujas ações se dariam em nome do Rei na parte do Império que não contasse com a presença desse último.

No momento da concretização da Independência do Brasil, a fragilidade do vínculo existente entre as várias regiões do país era notória. Esta fragilidade foi percebida como consequência da singularidade da colonização portuguesa, onde os contatos internos da gigantesca colônia não eram incentivados, o que teria possibilitado o fortalecimento dos interesses das *pátrias locais*, que muitas vezes estariam em oposição às políticas centralizadoras da corte. Tal característica tornou a unidade nacional pós-independência um assunto delicado, que exigiu um grande esforço por parte da elite política brasileira.

Segundo Iara Lis Souza, a soberania de d. Pedro pautava-se em um novo contrato, no qual as elites brasileiras, por meio das câmaras, estabeleciam as condições para a aceitação e legitimação de d. Pedro como soberano. Este contrato teria como ponto central o estabelecimento de uma monarquia constitucional no Brasil⁸.

Após o conturbado processo que envolveu a elaboração da Constituição Brasileira de 1824, o Brasil viveu a experiência da eleição para a formação do Congresso Nacional.

Cunha Mattos, que atuou mais uma vez como militar na defesa da unidade do Império, mas agora o Brasileiro, no combate à resistência em Goiás, retornaria à Corte em 1826, como representante daquela província na Câmara dos Deputados.

A Câmara dos Deputados foi durante toda a primeira legislatura palco de disputas com d. Pedro I. Segundo Barman, os deputados viam-se como defensores do constitucionalismo, reagindo a qualquer sinal de 'absolutismo' e de opressão. Entre os pontos que resultaram em conflitos com o Imperador estão os tratados de reconhecimento de independência e de amizade.

A atuação de Cunha Mattos na Câmara foi significativa, sobretudo nos debates acerca dos termos dos tratados de reconhecimento da independência do Brasil efetivados por d. Pedro I. Seus discursos eram inflamados, marcadamente contrários ao modo como tais tratados estavam sendo conduzidos, deixando notória a situação de coerção, tornando claro desrespeito para com a soberania nacional e o caráter indigno para o país.

Apesar de ter sido reeleito para a segunda magistratura, Cunha Mattos pediria licença de suas funções e partiria para Portugal em 1831, permanecendo ali por dois anos. Durante esta sua estadia, presenciou os embates entre as tropas de d. Pedro as de d. Miguel. Desta experiência, escreveria “Memória da campanha do senhor D. Pedro d'Alcântara, Ex-Imperador do Brasil, no reino de Portugal, com algumas noticias anteriores ao dia do seu desembarque”, que foi publicada ainda em 1833.

Em 1834, de volta ao Brasil, foi nomeado Comandante da Academia Militar. A seguir, foi nomeado vogal do conselho supremo, “(...) a que já lhe haviam dado direito os seus serviços e saber, e a publicação de um repertório da legislação militar (...)”⁹, e dois anos depois foi elevado ao posto de marechal de campo.

Ao longo de toda década de 1830, o marechal dedicou-se aos trabalhos intelectuais, participando de modo vigoroso da Sociedade da Indústria Nacional e propondo, já no seu último ano de vida, a fundação do IHGB. Sua atuação como homem de letras era a muito reconhecida, vindo a ser membro de renomadas sociedades de conhecimento, sendo “(...) sócio correspondente do Instituto Histórico de França, da Sociedade Real Bourbonica e da Academia Real das Ciências de Nápoles, secretário perpétuo da Auxiliadora da Indústria Nacional, e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.”¹⁰

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi idealizada em 1816 por Inácio Alves Pinto de Almeida, fidalgo próximo a d. Pedro I, mas só teve sua fundação concretizada em 1827. Apesar de ser uma associação privada, a primeira mesa diretora da SAIN foi designada por d. Pedro I. Compreendendo “indústria” como toda a atividade econômica, os membros da SAIN preocupavam-se com o desenvolvimento do país, sobretudo com a principal atividade industrial da época: a agricultura. De acordo com seus estatutos de 1848, a Sociedade Auxiliadora “(...) tinha por fim promover, por todos os meios ao seu alcance o aperfeiçoamento da agricultura das artes, dos ofícios, do comércio e da navegação do Brasil. (...) [Pretendia também] auxiliar a nossa ‘nascente indústria’ através de prêmios, certificados, publicações e exposições.”¹¹

Os principais temas discutidos nas reuniões, assim como as pesquisas e artigos desenvolvidos pelos sócios da Sociedade, eram publicados em sua revista, *O Auxiliador da Indústria Nacional*, que teve seu primeiro número em 1833 e uma tiragem média de 1000 exemplares ao longo do século XIX.

Corpo técnico que tinha por objetivo orientar o Estado sobre os investimentos e as novas técnicas, sobretudo agrícolas, os membros da Sociedade Auxiliadora estavam eventualmente ligados aos debates e descobertas da ciência que tinham lugar em geral na Europa. Esse contato permitiu a alguns de seus sócios a participação, mesmo que passiva, nos debates nacionalistas, familiarizando-se com a idéia da história como elemento importante neste movimento. Assim, tais homens preocupavam-se com as questões da modernidade e desejavam o reconhecimento do lugar do Brasil no mundo civilizado. Para isso, o Brasil precisava apresentar-se culto, sendo seu soberano capaz de exercer o poder de modo sábio, visando o bem público.

O IHGB, por sua vez, nasceu ligado à tarefa de ‘descobrir’ elementos que possibilitassem a concretização de uma nação, que se iniciava tão grande e heterogênea. Diante disso, os membros daquele Instituto elegeriam temas e fatos que destacassem ou estimulassem o fortalecimento dos laços existentes entre as várias regiões do país. O Brasil precisava descobrir quais elementos caracterizariam a nação, quais deles a aproximariam das nações civilizadas e quais a diferenciariam das demais nações.

De modo coerente com o seu projeto, o IHGB destacaria, em meio a tanta heterogeneidade, aqueles elementos que reforçassem as experiências comuns entre as diversas regiões do país. Entre tais elementos, a atuação dos funcionários do Estado português durante o período colonial receberia um lugar de honra, sendo a história produzida no IHGB comumente identificada como uma história, no mínimo, oficiosa.

Assim, bem de acordo com a sugestão dada por Cunha Mattos – em matéria apresentada em sessão de 1838, mas só publicada em 1863 – foram coletados e divulgados na Revista do IHGB vários documentos oficiais, como a correspondência de governadores, donatários e religiosos. Entre as diversas ordens religiosas que se estabeleceram no Brasil

colônia, a presença dos jesuítas receberia especial atenção, sobretudo no que se refere às suas experiências na catequese indígena.

A história escrita a partir do IHGB estaria sempre em consonância com os projetos centralizadores do monarca, a quem os sócios deviam lealdade pública e pessoal, bem como ao propósito de fornecer as bases para a construção da nação brasileira. Entre os elementos eleitos como representativos da brasilidade, os intelectuais do século XIX escolheram a natureza e a população. A constituição desta última, a partir do contato de três raças (o índio, o branco e o negro), era vista como principal diferenciador do ser brasileiro, proposta esta sistematizada por von Martius em seu célebre texto *Como se deve escrever a história do Brasil*. Cunha Mattos morreria poucos meses após a aprovação da criação do IHGB, deixando uma rica produção literária.

Acredito ao traçar a biografia intelectual de Cunha Mattos será possível analisar e discutir os diversos espaços de socialização e de disputas de poder que tiveram lugar na primeira metade do século XIX, pelos quais este personagem circulou e atuou.

¹ Neuma Brilhante Rodrigues é doutoranda no Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da UnB.

² SCHMIDT, Benito Bisso. “Construindo biografias...historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, 1997, p. 12.

³ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Editora Revan/FAPERJ: Rio de Janeiro, 2003, p. 31.

⁴ MATTOS, Raymundo José da Cunha. “Ensaio histórico político sobre a origem, progressos e merecimento da antipatia e recíproca aversão de alguns portugueses europeus e brasileiros...”. *Typigraphia de Mos Garcez*: Rio de Janeiro, 1822.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 29.

⁶ MATTOS, Raymundo José da Cunha. *Nova questão política: Que vantagens resultarão aos reinos do Brasil e de Portugal se conservarem uma união sincera, pacífica e leal?*.

⁷ MATTOS, Raymundo José da Cunha. “Ensaio histórico político...”, p. 5.

⁸ SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada*. UNESP: São Paulo, 1999.

⁹ BELLEGARDE, Pedro de Alcântara. “Elogio histórico do falecido vice-presidente o marechal Raymundo José da Cunha Mattos”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1839, p. 288.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 284.

¹¹ SILVA, José Luiz Werneck da. *Isto é o que me parece*. Dissertação de Mestrado, UFF: Niterói, 1979, p. 98.